INELEGIBILIDADES TRAZIDAS PELA LEI DA FICHA LIMPA – LC135/2010

As implicações práticas da Lei da Ficha Limpa no registro de candidatura.

Anderson Fernando de Sousa
Orientadora: Natália Elvira Sperandio

RESUMO

O presente trabalho objetiva fazer uma abordagem sobre a Lei 135/2010 e suas implicações práticas no registro de candidatura. Assim, analisar se as alterações na Lei da Ficha Limpa foram capazes de impedir que os candidatos “ficha suja” tenham seus registros de candidatura indeferidos pela Justiça Eleitoral. A referida Lei é conhecida como a Lei da Ficha Limpa, uma lei de iniciativa popular, com objetivo evitar que candidatos com histórico de improbidade fossem eleitos. Para tanto, esta pesquisa será bibliográfica, com pesquisas em livros, artigos científicos e legislações que tratam sobre tema. Como resultado observou-se que mesmo diante das tentativas de se trazer uma maior moralidade política, a LC 135/2010 deixou brechas utilizadas por especialistas para permitir que candidatos considerados corruptos conseguissem registrar suas candidaturas. Dessa forma, como hipótese, destaca-se que mesmo diante dos objetivos trazidos pela Lei da Ficha Limpa, a mesma está longe de ser eficaz, devendo os juízes nos casos concretos, observando os princípios constitucionais, preencherem as lacunas deixadas pela Lei, para tentar dar a esta a eficiência necessária.

Palavras-Chave: Inelegibilidade - Ficha Limpa – Candidatos - Direito Político.

INTRODUÇÃO

Os direitos políticos são garantidos aos cidadãos pela Constituição Federal. A própria Lei Maior dispõe sobre as condições de elegibilidade e inelegibilidade, contudo, por não abranger todos os casos, possibilita que novas causas de inelegibilidade sejam tratadas através de Lei Complementar.

Acerca do tema, em 1990 foi editada a Lei Complementar 64 que destacava causas de inelegibilidades. A Lei Complementar de 64/90 veio para regular o Art. 14, parágrafo 9º, da CF que trata de hipóteses de inelegibilidade a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício de mandato.

Entretanto, tal lei não foi suficientemente eficaz e, diante do contexto político, tornou-se essencial uma Lei que coibisse, de fato, pessoas consideradas corruptas se candidatarem.

Diante do clamor da população, em 2010, foi editada a Lei Complementar 135, que visa impedir que candidatos considerados corruptos sejam eleitos. Contudo, questiona-se se as alterações na Lei da Ficha Limpa foram capazes de impedir que os candidatos “ficha suja” tenham seus registros de candidatura indeferidos pela Justiça Eleitoral.

Partindo desse pressuposto, este trabalho tem como objetivo principal analisar se as alterações trazidas na Lei Complementar 64/90 pela Lei da Ficha Limpa (LC135/2010) foram capazes de promover o princípio da moralidade quando do registro de candidatura.

Como objetivos específicos busca-se analisar a LC 64/90, contextualizar o momento histórico do surgimento da Lei da Ficha Limpa como uma lei de iniciativa popular, expor as alterações trazidas pela LC 135/10 (Lei da Ficha Limpa) que modifica a LC 64/90 e verificar se as alterações trazidas pela Lei da Ficha Limpa foram suficientemente eficazes para impedir o registro de candidatura, ou seja, a elegibilidade de candidatos que, pelo clamor social, a Lei pretendia impedir.

Justifica-se tal trabalho tendo em vista o atual contexto político do país em que tanto se fala de improbidade e diante do clamor por maior moralidade. Todavia, busca-se analisar se a LC 135/2010 foi ou não eficaz, tendo em vista que os advogados especialistas criaram dispositivos a fim de facilitar “os fichas sujas” terem suas candidaturas deferidas.

A presente pesquisa utilizará de tipos metodológicos descritivos-analíticos e procedimentos de análise bibliográfica, com base em livros, artigos científicos, revistas com informações ou reportagens sobre a Lei Complementar nº 135/2010, denominada de “Lei da Ficha Limpa”.

O trabalho foi dividido em títulos e subtítulos com o objetivo de facilitar a leitura e o entendimento. Primeiro será realizado um estudo acerca do conceito de direito político e elegibilidade, tratando ainda sobre LC 64/90. Depois, será analisada a LC 135/2010, com enfoque nas principais modificações. E, por último, será abordada a eficácia da Lei da Ficha Limpa.

Concluiu-se que apesar da Lei da Ficha Limpa não ter a eficiência necessária, principalmente no que diz respeito ao registro de candidatura dos considerados “fichas suja”, ela representa a esperança da população brasileira de dias melhores na política, necessitando apenas que as lacunas existentes

sejam resolvidas. E uma hipótese, seria através do trabalho do poder judiciário, que deve preencher as lacunas da lei, contudo, sem criar uma nova norma, apenas complementando princípios e leis já existentes.

1 INELEGIBILIDADE E A LEI COMPLEMENTAR 64/90

Este trabalho tem como objetivo principal realizar um estudo sobre a Lei da Ficha Limpa (LC135/2010) que alterou Lei Complementar 64/90 no que tange a eficiência desta quando do registro de candidatura. Como específicos busca-se destacar o conceito de direito político, elegibilidade e inelegibilidade, contextualizar de forma breve o surgimento da Lei da Ficha Limpa, e verificar se as alterações trazidas pela Lei da Ficha Limpa foram suficientemente eficazes para impedir o registro de candidatura.

Para tanto, a presente pesquisa utilizará como metodologia análise bibliográfica. Assim, por meio do tipo metodológico jurídico- exploratório, pretende-se examinar se realmente a Lei Complementar é eficaz e conseguiu atingir seu objetivo que é ampliar as hipóteses de inelegibilidade (situações em que o cidadão não está apto a concorrer a mandato eletivo) e não permitir que corruptos disputem normalmente o processo eleitoral.

As possíveis soluções é que o judiciário na sua atividade de interpretar a lei assumam uma posição ativista. Neste caso, o juiz deve inovar o ordenamento jurídico, mas não no sentido de criar uma nova norma, mas sim, no sentido de complementar o entendimento de um princípio ou de um valor constitucional a posição de supremacia funcional dos órgãos judiciários com atuação mais decisiva no tocante à interpretação-aplicação da Constituição segundo sua finalidade. Dessa forma, as lacunas existentes na Lei deverão ser sanadas, garantindo-se assim a aplicação do princípio da moralidade administrativa quando do registro de candidatura dos candidatos.

1.1 Direito políticos e elegibilidade

Para compreendermos as inelegibilidades trazidas pela Lei da Ficha Limpa – LC 135/2010, essencial inicialmente compreendermos o que é direito político e o que faz uma pessoa se tornar elegível.

A nossa Carta Magna consagrou o Brasil como uma República Democrática de Direito e concederam direitos e garantias aos cidadãos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país. Através da Constituição Federal de 1988 foi dado acesso ao cidadão ao universo político, surgindo o eleitor que passa a ter direito de participar de forma direta e indireta da administração do país (DIAS; BENJAMIM, 2015).

Direito político, conforme dispõe Gomes (2013, p. 4) são as “prerrogativas e os deveres inerentes à cidadania. Englobam o direito de participar direta ou indiretamente do governo, da organização e do funcionamento do Estado”.

O brasileiro que adquire os direitos políticos está apto a exercer a capacidade eleitoral.

Ramayana (2012, p. 63) destaca que:

Os direitos políticos são as prerrogativas, os atributos, faculdades ou poder de intervenção dos cidadãos ativos no governo de seu país, intervenção direta ou só indireta, mais ou menos ampla, segundo a intensidade do gozo desses direitos.

Os direitos políticos são o que garantem o direito do cidadão de participar do governo. A regra geral é que todo cidadão que possui direitos políticos pode votar e ser votado

O direito de voto é o que traduz os direitos políticos essenciais ao sistema eleitoral e remetem aos conceitos de elegibilidade e inelegibilidade que são respectivamente, a capacidade eleitoral passiva e a restrição a tal capacidade (DIAS; BENJAMIM, 2015).

Primeiramente, vamos tratar acerca da elegibilidade, isto é, a capacidade eleitoral do cidadão.

Assim, elegibilidade é a aptidão de ser eleito ou elegido. Contudo, para ser exercer a capacidade eleitoral devem ser atendidas algumas condições previstas na Constituição Federal, que são as chamadas condições de elegibilidade (GOMES, 2013).

A elegibilidade é a capacidade do cidadão de ser votado e participar do processo eleitoral.

As condições de elegibilidade são requisitos que devem ser preenchidos por quem queira registrar candidatura e receber votos válidos. Tais requisitos são previstos no art. 14, § 3º, da Constituição Federal. Dentre tais requisitos destacam-se a nacionalidade brasileira, exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição, filiação partidária e idade mínima exigível (GOMES, 2013).

Castro (2016) afirma que existem ainda as causas de elegibilidade impróprias, isto é, quando o cidadão não possui inelegibilidades fixadas no ordenamento jurídico. Tais condições não estão citadas no art. 14, § 3º, de nossa Carta Magna e, como exemplo, cita-se a alfabetização, a quitação eleitoral, e a condição especial dos militares.

Silva (2015) dispõe que tais requisitos possuem o objetivo de preservar o direito de sufrágio, assim dessa forma para que uma pessoa se lance como candidato é indispensável que reúna as condições estabelecidas, o que auxilia na garantia da transparência e postura ética.

Dessa forma, para se obter a elegibilidade é essencial que o cidadão preencha tais requisitos. Como observado, qualquer cidadão pode ser sujeito passivo de direitos políticos, contudo, para tanto, ele precisa preencher os requisitos de elegibilidade. Quando isto não ocorre, dizemos que o cidadão é inelegível, tema que será destacado a seguir.

1.2 Inelegibilidades Constitucionais e Lei Complementar 64/90

Inelegibilidades são as causas que impedem que o cidadão possa exercer a capacidade eleitoral.

Segundo Ramayana (2012) as inelegibilidades são regras que estabelecem padrões para as candidaturas políticas.

Dessa feita, inelegibilidade pode ser definida como:

O impedimento ao exercício da cidadania passiva, de maneira que o cidadão fica impossibilitado de ser escolhido para ocupar cargo político-eletivo. Em outros termos, trata-se de fator negativo cuja presença obstrui ou subtrai a capacidade eleitoral passiva do nacional, tornando-o inapto para receber votos e, pois, exercer mandato representativo (GOMES, 2013, p. 159).

Assim, quando o cidadão possui algum dos impedimentos considerados causas de inelegibilidade ele se torna inapto a receber votos.

Pedroso (2014) destaca que no entendimento majoritário do (TSE) e do (STF) inelegibilidade não se caracteriza como uma imposição de pena, mas sim um mecanismo de proteção à democracia, tendo em vista que seleciona os candidatos que preenchem os requisitos de elegibilidade e excluem aqueles que não preenchem tais requisitos.

Imperioso ressaltar que conforme dispõe o § 9º, do art. 14, da Constituição Federal, as inelegibilidades são previstas na Constituição ou em lei de natureza complementar (RAMAYANA, 2012).

Apesar das condições de inelegibilidades desautoriza o exercício do mandato político, isto é, não poder ser votado, o cidadão inelegível pode exercer seu direito de votar (GOMES, 2013).

Quando há incidência de alguma causa de inelegibilidade a candidatura do indivíduo fica impedida mesmo se ele tiver preenchido todos os requisitos de elegibilidade.

Para Medeiros (2011, *apud* MOURA, 2012, p.1) as inelegibilidades “de um lado se manifestam como medida de sanção política, de outro assumem característica de proteção do eleitor”.

Gomes (2013) destaca que toda inelegibilidade apresenta um fundamento. Algumas são em decorrência de uma sanção e outras se fundam na mera situação jurídica em que o cidadão se encontra no momento de formalização de registro de candidatura.

As inelegibilidades, conforme destacado anteriormente, estão dispostas em nossa Carta Magna e em Lei Complementares.

A Lei Complementar 64/90 veio para regular o Art. 14, parágrafo 9º, da Constituição Federal de 1988, que trata sobre hipóteses de inelegibilidades infraconstitucionais a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato (RAMAYRA, 2012).

Tal lei trata das chamadas inelegibilidades legais, dentro do rol das inelegibilidades relativas. Tal lei prevê também as hipóteses de inelegibilidades absolutas que são os impedimentos para assumir qualquer cargo eletivo (CASTRO, 2016).

Além disso, a LC 64/90 reafirma a competência da Justiça Eleitoral para conhecer e decidir as arguições de inelegibilidade, indicando os Órgãos Jurisdicionais aos quais deve ela ser dirigida (CASTRO, 2016).

Santos (2010) afirma que mesmo com a LC 64/90 ficou pendente a questão referente aos candidatos que, tendo sido condenados, só ficavam impedidos com o trânsito em julgado de seus processos.

Apesar da LC 64/90 trazer as causas de inelegibilidade, estas foram consideradas ineficientes diante dos inúmeros casos de corrupção destacadas na mídia, e a população começou a clamar por rigor nos critérios para a definição de candidaturas (REIS, 2010).

Neste contexto, Moura (2012) afirma que após duas décadas de vigência e diante dos anseios populares, tendo em vista o contexto político conturbado de denúncias de corrupção, e ainda com intuito de dar uma maior efetividade e regulamentação da vida pregressa como causa de inelegibilidade, tornou-se necessário uma alteração da LC 64/90.

Surge assim a Lei Complementar 135/2010, denominada Lei “Ficha Limpa”, com o objetivo de ampliar as hipóteses de inelegibilidade e garantir uma maior moralidade e probidade administrativa.

2 LEI COMPLEMENTAR 135/10 – LEI DA FICHA LIMPA

Consoante destacado anteriormente, a Constituição do Brasil estabelece alguns casos de inelegibilidade e prevê, já na redação original, de 1988, que deveria ser editada posterior lei complementar para estabelecer outras situações que impediriam a candidatura como forma de proteger a normalidade e legitimidade da eleição e a probidade e moralidade para exercício do mandato.

A “Ficha Limpa” (LC 135/10) é uma lei complementar que alterou (LC 64/90) e ampliou as hipóteses de inelegibilidade (situações em que o cidadão não está apto a concorrer a mandato eletivo).

Um marco histórico que corroborou com os pedidos de mudança se deu em 2006, quando o (TRE) RJ indeferiu a candidatura do deputado federal Eurico Miranda, envolvido em escândalos e denúncias de corrupção (MOURA, 2012).

Tal fato pugnou por maior pressão da sociedade para proibir que candidatos considerados “ficha suja” registrassem sua candidatura e participassem das eleições.

O Projeto de Lei Complementar, que deu gênese à mencionada Lei, originou-se da propositura de projeto de iniciativa popular, mediante campanha liderada pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – MCCE. O projeto contou com mais de 1,6 (um milhão e seiscentos mil) assinaturas (REIS, 2010).

O objetivo principal do referido Projeto era impedir que candidatos com condenação participassem do processo eleitoral (DIAS; BENJAMIM, 2015).

Em 11 de maio de 2010, o referido projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados, porém não em sua redação original, mas sim um substitutivo proposto pelo então Deputado José Eduardo Cardozo, caracterizado por apresentar um texto “menos rígido” que a proposta original (REIS, 2010).

Ainda de acordo com o autor acima citado, na data de 13 de maio do mesmo ano, o projeto foi encaminhado ao Senado Federal, e já no dia 19 foi aprovado mantendo-se a redação oriunda da Câmara dos Deputados, acrescida da Emenda de Redação nº 01-CCJ de autoria do Senador Francisco Dornelles, emenda essa que viria posteriormente a ser “questionada” pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Cezar Peluso (2010).

O projeto foi sancionado no dia 04 de junho pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, convertendo-se na Lei Complementar 135/2010, publicada no diário oficial em 7 de junho de 2010 (REIS, 2010).

A Lei de Ficha Limpa foi sancionada trazendo algumas mudanças, dentro as quais destacam-se a inelegibilidade por oito anos do candidato que tiver o mandato cassado ou para aquele que renunciar o mandato para evitar a cassação ou for condenado por decisão de órgãos colegiados, mesmo que ainda exista a possibilidade de recursos.

A LC135/2010 padronizou o prazo de duração da sanção de inelegibilidade para 8 anos, o que não havia na LC 64/90, além disso foram tipificadas novas condutas consideradas incompatíveis com o exercício do mandato político (MOURA, 2012).

Entre as inovações trazidas pela Lei Complementar nº 135/2010, denominada “Lei da Ficha Limpa”, foi tornar inelegível, pelo período de 8 anos, o candidato condenado nas situações descritas pela referida lei, bastando para

tanto, a condenação originar-se de decisão judicial colegiada. Desta feita, não necessita o trânsito em julgado

Desta feita, um dos objetivos da lei foi impedir a candidatura daqueles considerados corruptos. Passa-se a considerar a vida pregressa do candidato.

Outras modificações relevantes são a inelegibilidade decorrente de decisão do tribunal, a ampliação do prazo de inelegibilidade, a ampliação das hipóteses da mesma e ainda uma releitura no instituto da inelegibilidade por rejeição de contas; bem como algumas modificações procedimentais (DIAS; BENJAMIM, 2015).

Todas as alterações trazidas pela Lei de Ficha Limpa visam proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato. Pode-se observar que ao autorizar a análise da vida pregressa do candidato como requisito para ser elegível, a LC 135/2010 buscou, sobretudo, dar um pouco de esperança a população que clama por um basta nas notícias de corrupção do país.

Duarte (2013, p. 27) expressa que:

Impõe-se reconhecer que as novas hipóteses de inelegibilidades trazidas pela Lei da Ficha Limpa exigem que os candidatos tenham uma vida pregressa compatível com o que se espera de agentes no exercício dos cargos políticos.

Contudo, ainda há grande discussão acerca da eficácia da Lei Complementar 135/10. Mesmo diante de uma lei com o nome tão sugestivo, "lei da ficha limpa", podemos observar que algumas brechas foram deixadas, a ponto de inúmeros candidatos, que aos olhos do povo não têm a ficha tão limpa assim, candidatassem-se sem nenhum problema, conforme destacado a seguir.

3 EFICÁCIA DA LEI COMPLEMENTAR 135/10

Mesmo com toda expectativa na LC 135/10 não demorou muito para surgir questionamentos sobre a aplicabilidade da referida Lei.

Um dos questionamentos diz respeito ao princípio da anterioridade (art. 16 CF/88), que prevê "a lei que alterar o processo eleitoral entrará em

vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência” (BRASIL. Constituição Federal, 1988).

Assim, de acordo com tal dispositivo, não seria aplicada as disposições da LC 135/2010 nas eleições de 2010.

Diante da discussão, foi elaborada uma consulta no Superior Tribunal Eleitoral que entendeu pela imediata aplicação do diploma legal. A decisão foi fundamentada tendo em vista que para o Ministro Relator as inovações trazidas pela LC 135/2010 têm natureza de norma eleitoral material e não com o processo eleitoral o que seria a óbice da Constituição Federal (DIAS; BENJAMIM, 2015).

Dessa forma, mesmo com entendimentos contrários, o TSE decidiu pela aplicação da lei da ficha limpa nas eleições de 2010.

Contudo, o STF decidiu que a Lei só deveria ser aplicada nas próximas eleições, em 2012 (BERNARDES, 2015).

Além disso, outra discussão se refere ao princípio da presunção de não culpabilidade. Isto porque, enquanto a Constituição Federal explicita a necessidade de trânsito em julgado das condenações, para efeitos de cassação de direitos políticos, a Lei do Ficha Limpa afirma que basta a condenação por órgão colegiado, independentemente de ser decisão transitada em julgado ou não (SILVA, 2015).

O autor acima destaca que:

Os que defendem a constitucionalidade integral da Lei do Ficha Limpa argumentam no sentido de que o espírito moralizante da lei é suficiente para afastar possíveis interpretações antinômicas, haja vista que os direitos individuais "deveriam" sempre curvar-se ao interesse público de barrar candidaturas de pessoas que tenha condutas de inelegibilidades (SILVA, 2015, p. 1).

Desse modo, pessoas condenadas por condutas consideradas ilegais devem ter suas candidaturas barradas, não ferindo o princípio da presunção de não culpabilidade.

Foi o que entendeu o TSE, ao afirmar que por não se falar em estabelecimento de pena, mas sim de causas de inelegibilidades, o referido princípio não foi desrespeitado (PEDROSO, 2014).

Isto porque, apesar da LC 135/10 impedir a candidatura com base nos critérios estabelecidos pela nova lei, “não pode ser confundido com o estabelecimento de culpa ou retirada de direitos políticos, haja vista que o indivíduo, apesar de não poder se candidatar pode votar” (PEDROSO, 2014, p.1).

Como se trata de uma lei recente sem jurisprudência, os causídicos interpretam em benefício de seu candidato, gerando com isso a participação nas eleições possíveis inelegíveis.

Nos termos do art. 26-C da citada legislação, *in verbis*:

Art. 26-C. O órgão colegiado do tribunal ao qual couber a apreciação do recurso contra as decisões colegiadas a que se referem as alíneas *d, e, h, j, l e n* do inciso I do art.1º poderá, em caráter cautelar, suspender a inelegibilidade sempre que existir plausibilidade da pretensão recursal e desde que a providência tenha sido expressamente requerida, sob pena de preclusão, por ocasião da interposição do recurso.

Desde as últimas eleições, os procuradores mapeiam brechas que podem jogar por terra a inelegibilidade de um candidato e permitir que corruptos disputem normalmente o processo eleitoral. Para integrantes do Ministério Público, uma das principais lacunas da lei é a que permite que a Justiça suspenda a proibição do candidato disputar caso considere que ele pode reverter a condenação que o deixou de fora das urnas. O artigo 26-C da Lei da Ficha Limpa estabelece que “o órgão colegiado do tribunal (...) poderá, em caráter cautelar, suspender a inelegibilidade sempre que existir plausibilidade da pretensão recursal”.

Assim, quando o candidato considerado corrupto com condenação tenha alguma possibilidade de reverter a decisão, aproveitando da lacuna na lei, acabam conseguindo registrar sua candidatura.

Com essa lei cheia de lacunas fica difícil encaixar o candidato nas hipóteses de inelegibilidade, tornando ela incipiente, porque os legisladores alteraram o texto original para facilitar o deferimento de candidatos ficha suja.

De acordo com Dias e Benjamim (2015) a lei de ficha limpa não vai acabar com as práticas imorais dos candidatos, mas inicia-se uma reforma política tão necessária para a República Federativa do Brasil.

Vários questionamentos foram feitos ao STF que, apesar de ter decidido pela constitucionalidade da Lei de Ficha Limpa, e ainda outros questionamentos, não esgotou todas as questões pontuadas de modo que o silêncio jurisdicional deixa as portas abertas do Judiciário para eventuais questionamentos (MOURA, 2012).

O autor afirma ainda que:

Várias imperfeições da lei foram postas a prova na Egrégia Corte, que, no entanto ou achou por bem não acatar ou silenciou, mantendo a comunidade jurídica em estado de incertezas quanto as interpretações possíveis para determinados dispositivos da Lei Complementar n 135/2010 (MOURA, 2012, p. 1).

Observa-se que mesmo com a evolução da Legislação com o objetivo de impedir candidaturas de pessoas que não se preocupam com a coisa pública, a Lei da Ficha limpa deixou lacunas que são aproveitadas pelos candidatos para garantirem seu registro de candidatura.

E a única forma de mudar tal situação é através do eleitor. Neste sentido, Dias e Benjamim (2015, p.1) afirmam que, apesar da justiça aplicar a lei da ficha limpa, diante as lacunas da lei utilizada pelos advogados dos candidatos para registrar suas candidaturas, mesmo diante de condenações, o papel do eleitor é fundamental, “afinal, o voto é uma ferramenta em favor da boa atividade política, pois a melhor inelegibilidade é a falta de votos”.

Observa-se que mesmo diante do clamor da população diante de tantos casos de escândalos e denúncias por punições mais rigorosas para o registro dos candidatos, as brechas deixadas pela Lei de Ficha Limpa dificultam a aplicação e eficácia da referida Lei.

Tal fato deixa um sentimento de indignação na população que vê a eficácia de uma lei tão importante não ser ideal. Apesar disso, a esperança em um Brasil melhor, com políticos envolvidos e preocupados apenas com a coisa pública, com o trabalho baseado na honestidade e seriedade é o desejo da população brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que a Lei da Ficha Limpa trouxe algumas melhorias na LC 64/90, com objetivo de trazer uma maior moralidade e probidade

administrativa. Ela surgiu com vistas a evitar que candidatos considerados ficha suja fossem eleitos.

Ela trouxe debates relacionados a questão da inelegibilidade dos candidatos tidos como corruptos, em especial, relacionada ao deferimento ou não de suas candidaturas.

Lacunas foram encontradas pelos casuísticos dos candidatos a fim de se garantir a participação nas eleições. Aproveita-se de lacunas candidatos que provavelmente estariam impedidos de se candidatarem, e devido a tais omissões na lei acabam conseguindo participar das eleições. O que demonstra que a Lei da Ficha Limpa não foi tão eficaz quanto se imaginava.

Apesar da criação da Lei ter sido considerado um marco histórico, as lacunas deixadas por ela trouxeram insegurança quanto à sua eficiente aplicabilidade.

Apesar de entendermos que o princípio da presunção da inocência deve ser verificado, tendo em vista se tratar de garantia constitucional, possibilitar candidatos com eventuais processos por improbidade sejam candidatos vai contra a moralidade administrativa desejada pela população brasileira.

A lei da ficha limpa não é uma condenação, mas, sim, uma forma de se evitar que pessoas consideradas corruptas exerçam mandato eletivo. E, por isso, entende-se que ela deve ser aplicada de forma eficaz para que se tenha mais candidatos honestos, éticos e transparentes.

Nossa hipótese foi alcançada tendo em vista que observou-se que esse deve ser o trabalho da justiça, que ao ser acionada por candidatos que querem deferimento de seu registro de candidatura, baseados nas lacunas deixadas pela lei, devem complementar o entendimento de um princípio ou de um valor constitucional a posição de supremacia funcional dos órgãos judiciários com atuação mais decisiva no tocante à interpretação-aplicação da Constituição segundo sua finalidade.

Tal discussão não deve ser finalizada diante da atual conjuntura política, a discussão relacionada a aplicação da Lei da Ficha Limpa deve ser cada vez maior, buscando que as arestas deixadas pela lei sejam aparadas e que o objetivo principal desta seja efetivamente aplicado. Só assim que os

candidatos considerados corruptos terão seus registros de candidaturas negados.

A Lei da Ficha Limpa pode não findar todas as práticas antiéticas, contudo, em longo prazo, com um trabalho conjunto dos eleitores e da justiça, mudanças no cenário político poderão ocorrer.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Vainer Marcelo. **Apreciação crítica sobre a eficácia da lei da ficha limpa**, 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/35588/apreciacao-critica-sobre-a-eficacia-da-lei-da-ficha-limpa>. Acesso em: 14 abr. 2017.

CASTRO, Edson Resende. **Curso de Direito Eleitoral**. 8ª ed. Revista e Atualizada. Belo Horizonte: Del Rei, 2016.

DIAS, Bárbara Melo Cavalcante; BENJAMIM, Érika Fernandes. **Lei da Ficha Limpa: O impacto no cenário jurídico e político brasileiro**. 2015. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/lei_da_ficha_limpa_o_impacto_no_cenario_juridico_e_politico.pdf. Acesso em: 15 abr. 2017.

DUARTE, Mauricio Nogueira. **Lei de inelegibilidades, Lei Complementar 135/2010 e o processo eleitoral**. 2013. 40f. Monografia. PUC/RS: Porto Alegre: 2013. Disponível em: http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2013_1/mauricio_duarte.pdf. Acesso em: 17 mar. 2017.

GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. 9ª ed. Revista, Atualizada e Ampliada. São Paulo: Altas S.A, 2013.

MACHADO, Antônio Cláudio da Costa *ed tal.* **Constituição Federal Interpretada**. 4ª ed. Atualizada de acordo com as Emendas Constitucionais ns. 69/2012, 70/2012 e 71/2012. Barueri-SP: Malone, 2013.

MOURA, Fernando Quevem Cardoso. **Comentários as inelegibilidades da Lei Complementar nº 135/2010**. 2012. Disponível em: https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=7511. Acesso em: 14 abr. 2017.

PEDROSO, Cristiano Meneghetti. **Lei da Ficha Limpa: controvérsias constitucionais**. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/53234/lei-da-ficha-limpa-controversias-constitucionais>. Acesso em: 14 abr. 2017.

RAMAYANA, Marcos. **Direito Eleitoral**. 13ª ed. Atualizada com comentários à Lei nº 12.034/09 e à Lei Complementar nº 135/10 (Lei da Ficha Limpa). Niterói, RJ: IMPETUS, 2012.

REIS, Márlon Jacinto Reis *ed tal.* **Ficha Limpa:** Lei Complementar nº 135 de 4 de julho de 2010. 1ª ed. São Paulo: Edipro, 2010.

SILVA, Cristiano Pereira da. Ficha limpa e condutas vedadas LC135/10. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVIII, n. 135, abr. 2015. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15937&revista_caderno=28>. Acesso em 15 abr. 2017.